MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE GRAÇA ARANHA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA OFICIAL DE MÁQUINAS
(APMA.2/2016)

SAULO BARBOSA CARDOSO

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: VARIÁVEIS E CAMINHOS A LONGO
PRAZO**

RIO DE JANEIRO
2016

SAULO BARBOSA CARDOSO

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: VARIÁVEIS E CAMINHOS A LONGO
PRAZO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais de Máquinas do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha como parte dos requisitos para obtenção de Certificado de Competência Regra III/2 de acordo com a Convenção STCW 78 Emendada.

Orientador: 1º Ten. Raquel da Costa Apolaro.

RIO DE JANEIRO

2016

SAULO BARBOSA CARDOSO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: variáveis e caminhos a longo prazo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais de Máquinas do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha como parte dos requisitos para obtenção de Certificado de Competência Regra III/2 de acordo com a Convenção STCW 78 Emendada.

Data da Aprovação: ____/____/____

Orientador: 1º Ten. Raquel da Costa Apolaro.

Mestre em Educação

Assinatura do Orientador

NOTA FINAL: _____

A Deus, a minha família. À minha querida esposa Rafaela, pessoa com quem amo partilhar a vida. Com você tenho me sentido mais vivo de verdade. Obrigado pelo carinho, a paciência e por sua capacidade de me trazer paz na correria mensal. Aos meus filhos Gabriel, Sophia e Heloísa que são a razão para tudo que faço.

Ao Curso de Aperfeiçoamento dos oficiais de Máquinas do Centro de Instrução Almirante Graca Aranha, e às pessoas com quem convivi nesse espaço ao longo desses meses. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos e mestres foram de suma importância para minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTO

Foram muitos, os que me ajudaram a concluir este trabalho.

Meus sinceros agradecimentos...

... a Deus, pois, sem sua ajuda, nada seria possível;

... aos meus pais, que tornaram esta conclusão de curso possível, incentivando quando tudo estava muito difícil, que no decorrer do curso estavam sempre prontos para me auxiliar;

... a Prof. Ten Raquel Apolaro, por aceitar a orientação deste estudo e conduzir seu desenvolvimento, com muita sabedoria e paciência;

... aos mestres, que me auxiliaram nas dificuldades na caminhada desse estudo à distância e presencial, em que ambos exigem alto nível de concentração e dedicação.

Desafios novos virão e com o aprendizado conquistado será desafiante para colocar tudo em prática, muito obrigado a todos os colaboradores dessa conquista.

"O sucesso nasce do querer, da determinação
e persistência em se chegar a um objetivo.
Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e
vence obstáculos, no mínimo fará coisas
admiráveis."

(JOSÉ DE ALENCAR)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apontar as medidas que devem ser tomadas a longo prazo para que possamos criar meios de desenvolver e aprimorar o gerenciamento sustentável da exploração dos recursos naturais. O objetivo é contribuir com medidas de conscientização da necessidade de conservação do ambiente total, natural e produzido através da educação à população em geral. A partir do estudo pôde-se verificar a importância de promover a educação ambiental como fonte essencial para melhoria do meio ambiente. É preciso que se mude o conceito de qualidade de vida atrelado ao lucro por si só sem que seja levado em conta as necessidades do meio ambiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Ambiente. Conscientização.

ABSTRACT

This essay aims to point out the long term measures that should be taken so we can create ways to develop and improve the sustainable management of the exploitation of natural resources. The goal is to contribute with awareness measures of the need for conservation of the environment, total, natural and produced by educating the whole population. From this resource it was possible to verify how important it is to promote environmental education as an essential resource for improving the environment. It is necessary to change the concept of quality of life linked to the profit alone without taking into account the needs of the environment.

Keyword: Sustainable development. Environment. Awareness.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	11
2.1	Por um desenvolvimento sustentável	17
2.2	Desenvolvimento local sustentável	21
2.3	Consumo sustentável	23
2.4	Miséria sustentável	27
2.5	Desenvolvimento sustentável: desafios no século XXI	29
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Respeito ao meio ambiente, nos tempos atuais, vai além das imposições na legislação. Na verdade, a preservação da natureza é uma necessidade da vida moderna.

As condições de se viver em nosso planeta, estão hoje ameaçadas pelas diversas agressões da ação do homem e ainda aumentam com as advertências ainda desconhecidas que vigoram sobre nós: poluição ao nosso redor, risco tecnológicos, etc. Os problemas do meio ambiente ocupam importância e levaram em escala majoritária a mobilização em busca de soluções que possam resolver ou no mínimo amenizar o impacto do homem na natureza.

O descaso predatório no que tange aos nossos recursos naturais em parte é devido à exuberância de nossos ecossistemas, dando a impressão de que são inacabáveis. O impulso predatório, isto é, a motivação para causar danos mais do que é necessário, herdamos-lo, em parte, dos colonizadores e, em parte, adotamos-lo, atualmente, sob pressão do cenário econômico internacional, mais predatório do que poderia ser qualquer iniciativa nacional ou local.

Desde a Revolução Industrial, a atividade de intervenção e transformadora do homem em sua relação com o meio-ambiente vem tornando-se cada vez mais daninha. A década de 1960 pode ser considerada um marco quanto à origem das atenções com as perdas da qualidade ambiental. No entanto, foi somente no ano de 1972, que as questões sobre o tema levaram à Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente, convocada pela Organização das Nações Unidas, sob o grande impacto causado pelo Relatório do Clube de Roma, sobre o uso dos recursos naturais disponíveis no planeta.

O presente estudo permeia em torno da preocupação com a dimensão do uso indevido do meio ambiente, preocupação que se assolou mundialmente em busca da conscientização da necessidade de conservação do ambiente total, natural e produzido (ecológico, social, político, cultural, econômico, tecnológico...). Não terá a intenção de responder a todos os anseios, mas demonstrar a importância de fazer com que esse campo de pesquisa seja o mais profundamente explorado, com o fim de que a sociedade civil se veja diretamente vinculada em busca do bem maior, a sobrevivência da humanidade.

De acordo com o exposto acima, temos o seguinte problema de pesquisa:
Quais as variáveis e caminhos, a longo prazo, do desenvolvimento sustentável no âmbito nacional?

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em uma visão cronológica durante a vasta trajetória da Educação Ambiental, é traçada uma rota da Educação Ambiental Internacional, centrando a abordagem nos eventos técnicos e políticos internacionais. O grande ponto inicial, segundo Alexandre Gusmão (2001, p.25), onde cita em seu livro Educação Ambiental, a partir da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano – a Conferência de Estocolmo, em 1972, juntamente com a primeira Conferência, uma bem-conceituada Organização Não-Governamental do Mundo, Clube de Roma, fundado em 1968, publicava notório documento acusando o caos da humanidade, com fundamentos em estudos sobre o crescimento demográfico e a exploração dos recursos naturais, sob o título “Os limites do crescimento”.

Foram abordados diversos fatores que teriam a capacidade de conduzir a uma crise mundial jamais vista: 1) Esgotamento de Recursos Naturais onde até o ano de 2005, aconteceria uma grande queda nos recursos minerais e hídricos do planeta pela exploração desordenada e gananciosa, o que pode ser notado nos dias atuais, diante as crescentes disputas de posse de determinadas regiões, com a falsa justificativa de intervenção em busca da reorganização; 2) Crise Energética, a esperança era que, em poucas décadas, as fontes como energia, petróleo e carvão se esgotassem e que a energia hidroelétrica chegaria a atingir o seu ponto máximo de saturação por ser o único meio de obtenção de energia além do sol; 3) Crescimento Populacional, o aumento desordenado das populações carentes acarretando escassez de alimentos e o aumento da violência como um todo; 4) Escassez de Alimentos, com diminuição das terras produtivas, sendo que não haveria a preocupação maior com um desenvolvimento, que nos dias de hoje chamamos de sustentáveis, como consequência disto o êxodo rural, gerando um aumento da população das cidades (urbanas) e sérios problemas sociais; 5) Desemprego em Massa; 6) Poluição Ambiental, advinda do desenvolvimento depredatório.

O que é possível observar é que a preocupação com o meio ambiente não é atual, pois já eram observadas previsões desde 1968, de esgotamento caso o ser humano insistisse em retirar da natureza, de forma desenfreada toda a sua riqueza. No entanto este relatório só teve proveito com os debates gerados pela Conferência de Estocolmo, como pontapé inicial histórico internacional na emergência de

políticas ambientais, ressaltando a priorização em reorganizar suas necessidades básicas de sobrevivência, recomendando a capacitação de professores e o desenvolvimento de métodos mais modernos e recursos institucionais para a Educação Ambiental.

Com base nesta orientação, foi que a UNESCO, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, gerou três conferências: a primeira, o Encontro de Belgrado (na ex-Iugoslávia), em 1975; a segunda a Conferência Tbilisi (Geórgia), em 1977; a terceira a Conferência de Moscou (antiga União soviética) em 1987. As discussões entre todas elas estavam voltadas para a promoção da conscientização, transmissão de informações, desenvolvimento de habilidades e hábitos e costumes em busca de uma mudança no comportamento de utilização dos recursos naturais.

A expressão “impacto ambiental” ganhou uma dimensão maior no momento em que, alguns países, notaram entre si a necessidade de se estabelecer metas e critérios para a avaliação dos efeitos adversos das intervenções humanas dentro da natureza. Sabendo que havia muito a fazer, a Organização das Nações Unidas (ONU), foi determinante ao promover a segunda maior conferência nacional, a qual foi sediada pelo Brasil, A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, oficialmente intitulada de Conferência de Cúpula da Terra”.

Durante a realização do evento Rio-92, juntamente o Fórum Internacional das Organizações Não-Governamentais foi realizado, lá foi firmado o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”. Trata-se de posições não-governamentais, posições da sociedade civil organizada em entidade ambientalistas. O tratado reconheceu a educação como direito dos cidadãos e afirmou sua posição na educação transformadora, convocando as populações a assumirem suas responsabilidades, individual e coletivamente, e a cuidar do meio ambiente local, nacional e planetário.

O crescimento, de acordo com Cavalcanti (2004), está dentro do sentido da reparação e modificação das desigualdades criadas no em um passado na busca do preenchimento dos abismos civilizatórios, colocando a reconceituação do desenvolvimento notado por todos em termos da assimilação efetiva das gerações de direitos humanos, direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

O crescimento é formulado de forma que as regras favoreçam os participantes mais fracos, levando-os a admitirem posições transformadoras sobre o seu futuro, acrescentando ao crescimento, o conceito de desenvolvimento sustentável que se divide em sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social.

Apoiados na teoria de desenvolvimento sustentável seguem os seguintes acordos: a) Os seres humanos, com direito a vida saudável e produtiva em consenso com a natureza; b) A erradicação da pobreza com um trabalho essencial do desenvolvimento sustentável; c) Responsabilidade comum entre nações; d) Colaboração mútua e troca de conhecimentos científicos; e) Não-transferência entre nações de quaisquer atividades substanciais que causem degradação ambiental grave ou prejudicial; e) A paz, o desenvolvimento e a proteção e preservação ao meio ambiente são interdependentes e inseparáveis. Nos casos de guerra, oponente do desenvolvimento sustentável, as nações devem respeitar o direito internacional do meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável correspondendo ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações atuais e futuras, e ordenando a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica. (PONTES, 2006, pg. 39).

Os principais pontos deste Tratado funcionam como conselhos aos países, mas sua viabilização encontra alguns problemas através da lógica de mercados e pelos interesses estratégicos dos Estados. Alguns exemplos seriam as trocas ou até mesmo a transferências de tecnologias, que em sua totalidade se dão com tecnologias antiquadas ou de graves efeitos poluentes, desprezadas pelos países centrais.

Em todos os eventos, mundialmente realizados, em busca do crescimento/desenvolvimento de forma equilibrada, a Educação Ambiental, segundo Cavalcanti (2004) é colocada como um dos elementos fundamentais para a investida geral contra a crise ambiental alardeada pelo Relatório de Roma, Educação Ambiental para um desenvolvimento em busca da sustentabilidade das gerações presentes e futuras.

Uma boa educação não se consegue facilmente como algo automático. A educação é um procedimento em constante construção, deve propiciar a conscientização, o debate e a sua própria modificação, envolvendo pessoas de todas as partes mundo, empenhados com a proteção da vida na Terra.

Atualmente, a Educação Ambiental ostenta um caráter realista, fundamentado na busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com vista à construção de um futuro ajuizado e vivido numa conexão de desenvolvimento e progresso (pensamento positivista). Nesse contexto, a Educação Ambiental é ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável.

Educação como verdadeiro aprendizado de cidadania, tendo como finalidade a conscientização das pessoas em relação ao mundo em que convivem para que possam ter cada vez mais qualidade de vida sem desrespeitar o meio ambiente que a cercam. Tal conscientização se dá a partir da ciência dos seus recursos, os aspectos da fauna e da flora, gerais e específicos de cada região; e, as dificuldades ambientais geradas pela exploração do homem, assim como os aspectos culturais que vão se transformando com o passar do tempo e da mudança dos recursos naturais, como a extinção de algumas espécies.

Para Pontes (2006), a educação é vista como essencial para o desenvolvimento, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e a autoestima.

A maior finalidade da educação é tentar criar uma nova mentalidade com relação a como desfrutar os recursos proporcionados pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento.

A relação com o meio ambiente estava conectada tão visceralmente à questão da sobrevivência que nenhuma outra razão era mais necessária. Tratava-se de uma relação que falava a respeito de como viver em um mundo cuja natureza era externa e mais poderosa do que os homens, que os atingia mais do que era atingida por eles. Todos precisavam saber quais frutos serviam para comer, onde encontrar água durante a seca, como evitar onças, que plantas serviam como bons materiais de construção faziam um bom fogo ou um bom remédio.

Com a urbanização e o desenvolvimento da civilização humana, a percepção do meio ambiente modificou de maneira drástica. A natureza começou a tomar uma posição de subserviência em relação à humanidade. Passou a ser conhecida para que fosse dominada e explorada. A parte da natureza considerada desnecessária era estudada basicamente para satisfazer a curiosidade das pessoas a respeito do seu mundo. O estudo do meio ambiente tornou-se, hora ciência prática

de extração de recursos, hora "um estudo do mundo natural" - catálogo e descrições das maravilhas naturais. Nas duas situações, a natureza era considerada como algo separado e inferior à sociedade humana.

O surgimento do homem, no planeta, começou a incidir, aos poucos, no meio ambiente, alterando seu equilíbrio natural, quando o ser humano necessitou das coisas da natureza, utilizando-se para a alimentação ou para abrigar-se das adversidades. No início, praticamente desprezível, a ação humana vai depois, aos poucos, afetando o equilíbrio do meio circunvizinho e, nas últimas décadas, em razão do avanço tecnológico e do aumento respeitável da poluição mundial, constitui-se em ameaça flagrante ao próprio destino da humanidade, que sem a menor dúvida, se extinguirá, a não ser que os governantes e toda a comunidade internacional, em conjunto, detenham a ação predatória do homem, que se faz sentir por motivos imediatistas traduzidos em omissões e atos positivos, destruidores da vida terrestre, marinha, atmosférica e estratosférica.

Entre os princípios que existem no meio ambiente, encontramos o princípio do ambiente ecologicamente equilibrado. Este princípio configura uma extensão do direito à vida versus qualquer privação arbitrária. O Estado tem por determinação o dever de buscar diretrizes designadas a garantir o acesso aos meios de sobrevivência a todos os indivíduos e todos os povos.

Um ambiente em constante harmonia para as atuais e futuras gerações, um equilíbrio em que não devemos nos privar destes recursos em prol das gerações que estão a caminho, mas que devemos sim utilizá-los com conhecimento, de maneira sustentável para que todas as pessoas possam desenvolver-se em busca da inclusão social, o bem estar econômico e a preservação dos recursos naturais.

Alguns princípios trazem o equilíbrio entre o homem e a natureza são eles: princípio da natureza pública da proteção/preservação ambiental, princípio do controle do poluente pelo poder público, princípio da consideração da mudança ambiental no processo decisório de política de desenvolvimento, princípio da ação comunitária, princípio do poluidor pagador, princípio da prevenção ou precaução, princípio da função socioambiental da propriedade, princípio do direito ao desenvolvimento sustentável, princípio da cooperação entre os povos.

Pontes (2006) afirma que tais princípios marcam a importância de se estabelecer um equilíbrio entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais em

uma visão de intergerações e lembrando que a sustentabilidade do crescimento econômico depende da preservação do ambiente e da coesão social.

Nas atuais e recentes circunstâncias, o crescimento econômico provocará a maior utilização dos recursos naturais e um avanço da poluição. Todas as medidas para a "tarifação" do ambiente terão que ter em conta o princípio da equidade e prestar apoio às necessidades adaptadas a fim de garantir a aceitação social e política.

A cooperação internacional em maior grandeza é importante e fundamental, porém os governantes deveriam estudar a viabilidade de adaptação de fiscalização nos Estados, caso estes não sejam capazes de assumir a responsabilidade ambiental.

O princípio da precaução deve ser tido como o princípio regulador das políticas públicas em forma de informação incompleta e deve ser tornado operacional por meio de disposições institucionais apropriadas, o que passa a colocar as considerações ambientais em tom de igualdade com as regras do mercado interno, de modo que, nenhum país ecologicamente moderno seja dificultado pelas regras do mercado interno ou da concorrência. A plano global, é urgente instituir uma governança ambiental global que seja o suficiente forte para atribuir prioridade à sustentabilidade e ao princípio da precaução.

Com a tarifação da sociedade, em uma ótica global, esta será não apenas responsável pela precaução das atividades prejudiciais ao meio ambiente, mas responderá pela totalidade na reparação dos danos ambientais.

No Brasil, o desenvolvimento econômico sempre se fez de forma degradável e poluidora, pois baseado na exportação de produtos primários, que eram extraídos sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade dos recursos, e, após a industrialização, não se importaram com o cuidado na preservação dos recursos ambientais.

A questão colocada é saber em que medida é admissível a conciliação entre o desenvolvimento econômico e proteção do meio ambiente, e colocando também até que ponto prevalece o interesse da proteção ambiental ou o interesse do desenvolvimento econômico?

Faz-se necessário notar que, mesmo dotado de forte conteúdo econômico, Cavalcanti (2004) diz que não se pode notar a natureza econômica do Direito Ambiental como um tipo de relação jurídica que privilegie a atividade produtiva em

prejuízo de um padrão de vida mínimo que deve ser assegurado aos seres humanos.

De forma que, o homem tem o direito constitucional à liberdade, à igualdade e a usufruir de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita ter uma vida honesta, gozar de boa saúde, sendo portador imponente de obrigação de melhoria do meio ambiente, para as gerações presentes e futuras. Os recursos naturais da Terra, sendo o ar, a água, o solo, a flora e a fauna e, em especial, parcelas importantes dos ecossistemas naturais, devem ser conservados em benefício das gerações atuais e futuras.

Com o aparecimento do homem na Terra, dar-se um início um processo de transformação da natureza. Com isso, é possível afirmar que o processo de degradação ambiental se embaraça com a origem do próprio ser humano. A busca da satisfação das múltiplas necessidades humanas incorporada a uma disputa pelos bens da natureza explica a aguda crise ambiental de nossos dias.

A metodologia de desenvolvimento que ocorre em volta dos recursos naturais vitais, originando a deterioração das condições ambientais em ritmo crescente, tais como desflorestamento, erosão, inversão térmica, chuva ácida, poluição, exaustão dos recursos naturais, deve ser deixado sob pena de ver desaparecer não somente a natureza, mais o próprio ser humano.

Nota-se que, o homem está diretamente conectado a natureza, não podendo ignorá-la, o uso impróprio dos recursos naturais limitados, farão com que este desaparece totalmente da terra, colocado que a terra não desaparecerá, mas ficará impossível sobreviver nela.

2.1 Por um desenvolvimento sustentável

Como encarar um desafio imposto pela industrialização, com seu resultado paralelamente produtivo e predatório?

Como compreender essa contradição? Os países europeus e os da América do Norte, a industrialização aconteceu, conheceram uma produtividade sem antecedentes que valeu à eles o reconhecimento mundial de “países desenvolvidos”. Neste momento, os países pobres, de estrutura econômica de base agrária, passaram a ver no processo industrial a causa de tal desenvolvimento.

Portanto, conseguir a industrialização a qualquer custo passou a ser a meta dos países pobres. Habitando-se a condições históricas diferentes daquelas dos países desenvolvidos, os países menos favorecidos participaram deste processo de uma forma diferente. Carentes de tecnologia e do know-how, ou seja, das receitas de como produzir industrialmente, dispunham de fartura de mão de obra e de matéria prima.

De certo que a industrialização seja um processo abrangente, que não se satisfaz e não se exaure dentro de um mesmo país, era interessante aos países desenvolvidos expandir o mercado produtor e consumidor, expandindo assim a feliz experiência econômica.

Nestas condições, segundo Oliveira (2007), os países pobres com economia de base agrária se formaram como o cenário ideal para exportação de tecnologia e para a expansão das indústrias dos países desenvolvidos, que então se estenderam em multinacionais, difundindo suas unidades industriais pelo mundo. Os baixos salários oferecidos a uma mão de obra farta e desqualificada, empréstimos contraídos no exterior com a importação de tecnologia pelos países pobres, dívidas externas, remessas de lucro das multinacionais para o exterior, revelam a industrialização dos países pobres com resultados diferentes dos até então observados nos países desenvolvidos.

O crescimento industrial em escala mundial, realizada sem os devidos cuidados legais referentes aos possíveis efeitos nocivos naturais e sociais, antecipou a ocorrência do lado perverso deste processo, evidenciando-o.

Todavia, se os efeitos prejudiciais ao meio ambiente natural, tais como poluição das águas, do ar, rompimento da camada de ozônio da atmosfera, entre outros, são hoje amplamente destacados, o mesmo não se pode ainda dizer dos efeitos sociais nocivos desta forma de industrialização, muitos deles potencializados e reforçadores da depredação natural.

As impositivas questões da sobrevivência imediata, tais como alimentação, habitação e transporte, de solução inadiável por dizerem respeito ao próprio cuidado da vida, ficam entregues a ações individuais, num verdadeiro “salve-se quem poder”.

Uma população de trabalhadores pauperizados e mal-remunerado, sempre ameaçado pelo desemprego, numa economia exploradora, em que a oferta de mão de obra é maior do que a capacidade de absorção do mercado de trabalho consome sua energia numa jornada diária estafante. Em torno desta, outra população alijada do mundo produtivo, no qual não encontra lugar, engrossa as fileiras da marginalização. (OLIVEIRA, 2007, pg. 87).

Ambos necessitados de garantias sociais, como um serviço de educação de qualidade propiciador da consciência dos direitos e deveres do cidadão e da ampliação da consciência cívica, que considera a presença de “outro” em cada ação individual, estas populações desprovidas e marginalizadas engrossam nas escolas as fileiras da repetência e da evasão. Por outro lado, o ensino desenvolvido nas instituições escolares existentes alheias a realidade em que se situam e de onde procede a sua população, ajuda a fechar o “círculo do horror”. O direito à educação, enquanto garantia social, fica letra morta, existente apenas no papel. Em real mantém-se a ignorância retardando-se o desenvolvimento da consciência crítica construtiva, para a qual a escola pode e deve colaborar.

“Através dos resultados sociais contraproducentes e aquele padrão de produção industrial, a pobreza, a miséria e a ausência do conhecimento, é somado aos resultados naturais nocivos, potencializando-se reciprocamente.” (OLIVEIRA, 2007, pg. 93)

Em meados de 1972, utilizou-se pela primeira vez a expressão “desenvolvimento sustentável”, proporcionada como recurso para enfrentar-se a difícil situação conhecida pelo mundo industrializado e ganhou força na atualidade, após o evento da Eco-92, apresentando-se como o argumento forte para se enfrentar hoje a contradição “desenvolvimento/destruição” posto pelo processo industrial tal como conhecemos hoje. Negar esse processo significa desconsiderar a capacidade produtiva por ele causada, bem como todo o avanço que a moderna tecnologia permitiu ao mundo conhecer, traduzida em confortos e recursos de vida habitual nos mais diferentes setores: na saúde, na vida doméstica, nos transportes, nas comunicações, etc. Aceitar com facilidade o processo industrial como apresentado hoje significa omitir-se diante da destruição ambiental (natural e social) que vem provocando e que acabará por destruir as condições de existência da própria industrialização.

A sugestão hoje é enfrentar essa situação por meio de um desenvolvimento sustentável. Conceito este apurado, após três décadas que separaram a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente a de 1972, realizada em Estocolmo, e a Cúpula sobre desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002, que começou a considerar como elemento essencial ao conceito de desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade social. Mas o que é exatamente desenvolvimento sustentável?

Segundo o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, (1992) “ desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”

Com significado visivelmente transparente, tal conceito na verdade somente esclarece o sentido da palavra “sustentável”, entendida como “atendimento às necessidades humanas sem a falência das fontes de satisfação dessas necessidades”, de forma que as próximas gerações disponham dos mesmos recursos de que nos servimos. De certa forma, trata-se de não acabar com os recursos do mundo; trata-se de zelar para que as próximas e futuras gerações herdem a Terra com um hábitat hospitaleiro e não insalubre.

Desenvolvimento, para muitas pessoas é sinônimo de progresso, expressão que tem sido explicada como a quantidade de riquezas produzidas por um determinado país. Satisfatória, talvez, às pretensões político-econômicas da era mercantilista do séc. XVII, onde um Estado poderoso diante de outros Estados tinha preferência sobre os interesses dos individuais, essa tradução não satisfaz mais às expectativas do mundo. A economia produtiva se encontra passível de formar um Estado forte diante de outros Estados, o que não garante em nada a saúde, a prosperidade, a liberdade, a qualidade de vida, ou seja, dos indivíduos que fazem parte da sociedade compreendida por este Estado. Apresentando uma falsa idéia da qualidade de vida dos habitantes daquele Estado.

Através de uma ótica mais ampla, Pontes (2006) afirma que desenvolvimento sustentável, é um processo de ampliação do campo de oportunidade oferecida às populações de um país de tal forma que, acatando da melhor maneira possível às necessidades das gerações atuais, se conserve a capacidade e as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Ampliar o campo das oportunidades oferecidas à população de um determinado país implica garantir o acesso ao conhecimento já produzido pela humanidade; preservar a capacidade das gerações futuras atenderem às suas necessidades implica a mesma coisa.

O acelerado avanço que a produção do conhecimento, nas suas mais diversas áreas, vem experimentando na atualidade, tem colocado uma séria de questões éticas, cujas decisões afetarão a vida de toda a população.

A proporção de suas implicações necessita de intensos debates e considerações, dos quais nenhum cidadão deveria ser excluído. Trata-se de decisões que não podem ser tomadas por grupos menores em nome do que quer que seja, pois comprometem radicalmente a vida de todos nós. São questões de vida ou de morte. Falam sobre a sobrevivência de nossa espécie e de nosso meio ambiente. Por outro lado trata-se de decisões que precisam de conhecimento específico, de acesso ao saber já gerado, de capacidade de autonomia de decisão e de inspiração de respostas criativas para poderem ser tomadas com menores riscos de erros.

O Brasil, como em outros países mais inferiores – tem a necessidade em originar riquezas para enfrentar os desafios da mudança social, cujos símbolos mais presentes são a taxa de crescimento da população e a concretização de uma pobreza estruturada. Melhorar suas vidas com rapidez, dando-lhes condições mais dignas. Mas tal não pode ser feito sobre bases de “crescimento a qualquer preço”. O meio ambiente, que é patrimônio do nosso planeta, mas também das gerações futuras, precisa ser respeitado. Portanto, é preciso crescer, sim, mas de maneira esquematizada e sustentável, com vistas a garantir a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção da qualidade ambiental.

2.2 Desenvolvimento local sustentável

Podemos conceituar desenvolvimento local sustentável, como um processo endógeno de mutação, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

Todo desenvolvimento local, de acordo com Pontes (2006) deve possuir consistência, de modo a mobilizar e abarcar as potencialidades locais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo deve assegurar a

conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condições para a qualidade de vida da população.

Em sua grande maioria são empreendimentos que englobam a sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar segmentos efetivos na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

Em regiões e municípios pobres, deve-se perseguir com rigor o aumento da renda e da riqueza local, por meio de atividades econômicas viáveis e competitivas, com capacidade de concorrer no mercado local, regional e, no limite, nos mercados globais. Apenas com economia eficiente e competitiva gerando riquezas locais sustentáveis, podendo-se falar, efetivamente em desenvolvimento local.

O desenvolvimento local, para ser eficiente deve responder aos gargalos mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sociais e a imaginação, Pontes (2006). Demanda mudanças institucionais, que aumentam a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município, construindo uma relativa autonomia das finanças públicas e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade.

Desta forma, o desenvolvimento local, não pode ser confundido com o movimento econômico proporcionado por grandes investimentos de capital externo, que não se internacionalizam e não se irradiam na economia local. O município com imenso empreendimento de produção sem raiz ou cuja economia se alimenta, na maior parte, de remanejamento externo de rendas compensatórias e que tem base de arrecadação municipal formada pelos fundos de participação, está distante de um desenvolvimento local. Daí a importância do planejamento territorial nos níveis municipal, microrregional, de forma a reagrupar vários distritos unidos pela identidade cultural e por interesses comuns.

Pontes (2006) afirma que para que se conseguir qualquer estratégia de desenvolvimento local sustentável este deve estar calcado em três grades pilares: 1) organização da sociedade, contribuindo para a formação de capital social local, entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local; 2) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão, agregação de valor na cadeia produtiva, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômica com vantagens locais; 3) e reestruturação e modernização do setor público local, como forma de descentralização das

decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local. Tudo isso associado com alguma forma de distribuição de ativos sociais, principalmente o ativo conhecimento, expresso pela escolaridade e pela capacitação tecnológica.

A orientação para a competitividade não pode ser confundida como uma corrida alucinante e descontrolada pela integração no mercado. A busca de competitividade deve ser implementada com critério e com seletividade, compreendendo um sistema de relação de produção para diferentes áreas mercadológicas e para vários setores e produtos em que se apresentam efetivas vantagens locais.

2.3 Consumo sustentável

O consumo sustentável é tema em evidência nos dias atuais e já tem sido objeto de atenção há algum tempo em todo o mundo. Diante disso, a Resolução no 53/1995 da ONU, retificada em 1997, estipulou e estabeleceu uma série de responsabilidades a todos os consumidores, de modo a tornar efetiva a preservação do meio ambiente através de um consumo que não extermine os recursos naturais, que, conforme é sabido, não são inesgotáveis.

Tal resolução estabeleceu cerca de vinte princípios de consumo sustentável, entre eles o da educação dos consumidores, e conceituou-o, com absoluta propriedade, nos seguintes termos: “A satisfação das necessidades básicas dos seres humanos, disseminar a capacidade do meio ambiente em satisfazer as necessidades de futuras gerações”.

O consumo sustentável, de tal sorte, consiste na utilização dos recursos do meio ambiente com a preocupação de preservá-lo. Com efeito, os recursos do meio ambiente devem ser utilizados com critério, e esta é a grande preocupação atual, uma vez que o consumo sustentável tornou-se vital para toda a humanidade.

O homem contemporâneo vive profundas dicotomias. Dificilmente se considera um elemento da natureza, mas como um ser à parte observador e/ou explorador da mesma. Esse distanciamento fundamenta suas ações tidas como racionais, mas cujas conseqüências graves exigem do homem, respostas filosóficas e práticas para acabar com o antropocentrismo e o etnocentrismo.

É absolutamente vital que os cidadãos do mundo insistam para que se tomem medidas de apoio a um tipo de crescimento econômico que não tenha

repercussões nocivas sobre a população, que não deteriore de nenhum modo seu meio nem as suas condições de vida.

E é nesse sentido que, a educação ambiental deve orientar-se para a comunidade. Deve procurar incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas. A educação ambiental por si só não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na sua comunidade, haverá uma mudança no sistema, que se não é de resultados imediatos, visíveis, também não será sem efeitos concretos.

De absoluta relevância o desenvolvimento sustentado ou desenvolvimento sustentável, que é um princípio do direito ambiental, previsto no artigo 1º da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, das Organizações das Nações Unidas, de 1986, que assim dispõe:

Art. 1º O direito ao desenvolvimento é um inalienável direito humano, em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos têm reconhecido seu direito de participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele desfrutar, e ao qual todos os direitos humanos e liberdade fundamentais possam ser plenamente realizados.

Com todo efeito, o desenvolvimento sustentado constitui no progresso experimentado pela coletividade que permite o crescimento econômico, sem afetar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, e a sadia qualidade de vida de gerações presentes e futuras. Consiste em retirar matéria-prima do meio ambiente para servir na produção de bens e produtos, de forma que se cause o mínimo de impacto possível ao meio ambiente natural.

Pontes (2006) dispõe que é preciso que haja uma mudança fundamental nas organizações humanas para que o ambiente empresarial possa tornar-se ecologicamente sustentável, pois mais do que garantir o desenvolvimento sustentável com perspectivas futuras, está em jogo a própria sobrevivência da humanidade.

Uma sociedade planetária ecologicamente orientada supõe um mundo melhor, definido não apenas a partir de uma transformação instrumental da realidade, mas também de uma transformação da subjetividade da humanidade.

Foi justamente no plano da intersubjetividade que a Rio-92 teve sua maior significação. Se o encontro dos governos pode ser avaliado como um intento político relativamente fracassado, os resultados do Fórum Global, que convocou mais de 2500 entidades não-governamentais, originárias de mais de 150 países, produzindo um número de eventos especiais difíceis de calcular, que atraíram um público aproximado de 500 mil pessoas, devem ser avaliados como um avanço extraordinário no plano de consciência mundial.

A mundialização de padrões de consumo e de métodos de estilos internaliza-se nas diversas sociedades, com intensidade e sentido desiguais, as vezes de forma ostensiva e oficial, em outras, insidiosa e é sentida de formas diferentes na vida cotidiana de cada um. Compreende também a quebra de padrões de consumo e de paradigmas perceptivos, explicativos e comportamentais.

Nos dizeres de René Armand Dreifuss, (1996, p. 36) a mundialização dos padrões de consumo é o resultado da internacionalização das sociedades-nações em direção a uma “economia-mundo” que se deu ao longo dos tempos pelos mecanismos e processos que implicam transferência de capacidade produtiva, (capital, know-how e, em menor grau, trabalho) de uma economia nacional para outra. Agentes centrais da “multinacionalidade” da economia passam a ser empresas de base nacional, que, além de possuir uma ponta do mercado externo e outra nos mercados domésticos, multiterritorializam a sua atividade produtiva, viabilizando operações em muitos países, através de filiais, subsidiárias ou associadas.

A multiterritorialização se justifica pela busca de diversas vantagens competitivas como: matéria-prima em abundância ou exclusiva, salários baixos, proximidade de mercado consumidor, subsídios e incentivos fiscais, etc.

A mundialização lida com mentalidades, hábitos e padrões; com estilos de comportamento, usos e costumes das mais diversas índoles, compreendendo a generalização e uniformização de produtos, instrumentos, informação e meios à disposição de importantes parcelas da população mundial, determinando ainda os estilos de vida de padrões de consumo.

A idéia de se consumir “menos e melhor” não obteve ressonância, mesmo referenciada ou completada por um significativo conjunto de estudos críticos sobre o consumo. A proposta de autolimitação soa como uma “penúria forçada” ou uma “privação das liberdades individuais “.

Não parece haver hoje disposição para uma vida mais moderada, as pessoas já não definem livremente suas necessidades, havendo interferência ou pressões de várias ordens, como propaganda, a vigência de certos padrões de consumo e de comportamento.

A expansão de um modelo de consumo mundial reforça a pressão sobre os recursos naturais. Estamos muito longe de nos preocuparmos apenas com o comer, o vestir e o ter onde morar, embora milhões de indivíduos nem isso tenham assegurado, exemplo disto é uma reportagem que mostra sete crianças vivendo em um bueiro em uma das cidades cartão postal de nosso país.

A preocupação com a sociedade de consumo, também se fez presente dentre os princípios e propostas de ações traçados no Fórum Internacional das ONGs, intitulado compromissos para o Futuro, temos o Tratado sobre o Consumo e Estilo de Vida, que apóia-se em seis palavras-chaves:

a) revalorizar, agir contra o crescente consumo supérfluo; b) reestruturar os sistemas macroeconômicos, incluindo custos ecológicos e sociais nos preços de bense serviços; c) redistribuir, bens essenciais, como água, alimento, terra..etc, reconhecendo que o crescimento do consumo no Norte é mais nefasto que o crescimento populacional como um todo; d) reduzir, o consumo, a produção e o uso de energia em escala global; e) reutilizar, equipamentos e substâncias na produção, e buscar durabilidade e eficiência nos bens produzidos; f) reciclar, materiais diversos, com tratamento em unidades descentralizadas e no local de sua geração.

A perspectiva de desenvolvimento sustentável leva a repensar e questionar o consumismo. Não é possível equacionar a finitude dos recursos naturais sem mudar o hábito e práticas de consumo. Existem vários procedimentos que economizam recursos, evitam desperdícios e geram hábitos mais adequados. No âmbito do próprio mercado, o consumidor tem um papel importante a desempenhar:

a) comprar preferencialmente produtos com embalagens retornáveis, como as de refrigerantes, evitando as descartáveis; b) procurar adquirir produtos cujas embalagens sejam feitas com um só material, pois são mais fáceis de reciclar, muitas vezes, uma só embalagem é feita de papel, plástico, isopor e alumínio, dificultando o seu reaproveitamento; c) preferir produtos que podem render mais com menos gasto de energia; d) reutilizar tudo quanto puder; e) o uso de automóvel, deve ser pensado também em relação à disponibilidade de outros meios de

transporte, muitas vezes mais rápidos e eficientes; f) o consumo de energia elétrica, embora tenha a maior demanda no setor industrial, também pode ser diminuída no uso doméstico: deve-se evitar deixar todas as lâmpadas da casa acesa ao mesmo tempo, diminuir o tempo do banho.

Assim, as práticas sustentáveis e de combate ao desperdício, se não eliminam os elementos essenciais do consumismo, contribuem para uma significativa diminuição da pressão sobre os recursos naturais.

2.4 Miséria sustentável

A triste constatação que a miséria também é sustentável, se perpetua. Só precisa que nada se faça.

Inicialmente, cumpre observar, alguns estágios de subdesenvolvimento de uma nação, segundo Yves Lacoste (1990, p. 13): 1) insuficiências alimentares; 2) sérias deficiências das populações, forte proporção de analfabetos, doenças das massa, grande mortalidade infantil; 3) recursos negligenciados ou desperdiçados; 4) forte proporção de agricultores com baixa produtividade; 5) industrialização restrita e incompleta; 6) hipertrofia e parasitismo do setor terciário; 7) fraqueza do produto nacional por habitantes; 8) amplitude do desemprego e do subemprego, trabalho das crianças; 9) situação de subordinação econômica; 10) desigualdades sociais violentas; 11) deslocação das estruturas econômicas e sociais; 12) amplitude do crescimento demográfico; 13) tomada de conhecimento da miséria.

Para Pontes (2006), a pobreza deve ser vista como privação das capacidades em vez de meramente como baixo nível de renda, um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes. A capacidade do ser humano está diretamente relacionada com as oportunidades que estão dispostas. Uma pessoa que se encontra desempregada, tem como efeito direto a perda da renda, que pode ser compensada por um auxílio-renda, porém o desemprego tem mais abrangências além da perda da renda: dano psicológico, perda da motivação para o trabalho, perda da habilidade e autoconfiança, aumento de doença e morbidez, perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais.

A privação de capacidade, segundo Sen, é mais importante critério de desvantagem do que o baixo nível de renda, pois a renda é apenas instrumentalmente importante e seu valor derivado depende de muitas circunstâncias sociais e econômicas.

Formar capital humano implica investir, sistematicamente e continuamente, em área como educação, saúde e nutrição. No final do século, o investimento em educação transformou-se numa das áreas de maior rentabilidade. Isso tem a ver com mudanças radicais que estão ocorrendo nas estruturas de produção. Estas mudanças se orientam para privilegiar o conhecimento como elemento básico das novas matrizes produtivas. Lester Thurow afirma que o século XXI será “um século de conhecimento intensivo”, e que o conhecimento “ tornou-se a única fonte de vantagens competitivas sustentáveis de longo prazo.

De acordo com Pontes (2006), reforçaram-se os canais de diálogo ante a convicção de que os cidadãos, com amplos conhecimentos de sua realidade e com acesso à informação, têm melhores condições de atuar sobre a sociedade, de articular mais eficazmente desejos e idéias e de tomar parte ativa nas decisões que lhe interessam diretamente.

A sociedade humana é global, uma vez que os efeitos negativos podem ser sentidos à quilômetros de distância. Existem sociedades na Terra onde as pessoas não usufruem muito os benefícios da civilização global, mas praticamente nenhuma sociedade deixa de ser afetada por ela. Povos carentes estão se tornando cada vez mais conscientes do fato de que existem diferenças importantes nas condições de vida ao redor do globo. A sustentabilidade para uma sociedade global deve envolver mudanças, pois, na direção de justiça e equidade.

Uma ampla participação nas decisões e uma responsabilidade e coerência social são peças valiosas na transição para uma sociedade sustentável. A sociedade global é indivisível, tanto a riqueza quanto a pobreza são muito dispendiosas. A riqueza desperdiça e a pobreza significa opções e incapacidades para investir em eficiência.

Portanto, a economia ecológica deveria ser uma economia do bem-estar global, com a tarefa de propor uma organização econômica do bem-estar no planeta dentro dos limites impostos pela sustentabilidade.

Mas para quem, como nós, não acha que a melhor saída para o Brasil ainda continua sendo o aeroporto, inconformados com a miséria estamos trabalhando,

para um país melhor, uma sociedade mais humana, capaz de produzir um desenvolvimento, de fato, sustentável.

Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável.

2.5 Desenvolvimento sustentável: desafio no século XXI

Desenvolvimento não é apenas uma multiplicidade de fenômenos econômicos e políticos. É também algo que se situa no campo das idéias e da circulação de informações marcadas por contextos e trajetórias definidas histórica, técnica ou culturalmente. Para muitos, hoje, informação e conhecimento são pilares de um novo modelo sócio-político-econômico em gestação.

Desenvolvimento é uma das noções mais existentes no senso comum e na literatura especializada. Sua importância na organização das relações sociais, política e econômicas levou alguns antropólogos a considerá-la não apenas “uma das idéias básicas na cultura moderna europeia ocidental”, mas também “algo como uma religião secular”, inquestionável, já que “se opor a ela é uma heresia que é quase sempre severamente punida.

Existem dois aspectos macrointegrativos da noção de desenvolvimento que necessitam ser enfatizados: Primeiro, desde o século XIX o ritmo crescente de integração do sistema mundial passou a requerer uma ideologia/utopia que poderia tanto dar sentido às posições desiguais internamente ao sistema – sem requerer a dominação aberta como nos termos coloniais, quanto prover uma explicação através da qual os povos situados em níveis mais baixos poderiam “entender” suas posições e acreditar na existência de uma saída para a situação de atraso.

Não é por acaso que a terminologia de desenvolvimento comumente envolva o uso de metáforas que se referem a espaço ou ordem de maneira hierárquica: desenvolvimento/subdesenvolvimento, avanço/atraso, primeiro mundo/terceiro mundo..etc.

Esta hierarquia é funcional para a crença de que há um ponto que pode ser alcançado, seguindo-se uma espécie de receita mantida, secretamente ou não, pelos Estados-Nações que lideram a “corrida” para um futuro melhor. Posto que se concebe “desenvolvimento” como uma performance internacional – ignorando-se o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios, a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo.

Há que destacar também a geração de uma crença de que o futuro será melhor do que o presente e o passado, através de uma série de melhoramentos e inovações que os homens serão capazes de inventar. Se o presente constitui algum tipo de estágio melhorado com relação ao passado, é uma questão complexa que necessita ser examinada de maneira sistemática e histórica, abrangendo diversas dimensões da vida social. Contudo, há pouca dúvida de que, num domínio como o tecnológico, uma série de aperfeiçoamento vem ocorrendo com a passagem do tempo. Talvez este seja um dos principais motivos por que a crença na redenção da humanidade via aperfeiçoamento tecnológico é a espinha dorsal do desenvolvimento enquanto ideologia e utopia.

Uma concepção de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a qualidade da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.

Para Pontes (2006), existem duas razões distintas a serem consideradas para a liberdade individual no conceito de desenvolvimento: Primeiro, as liberdades individuais substantivas, consideradas essenciais. Segundo, é que a liberdade não é apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento crucialmente influenciado pelas inter-relações: liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e

segurança protetora, sistemas democráticos, mecanismos legais, estrutura de mercado, provisões de serviços de educação e saúde, facilidades para a média e outros tipos de comunicações. Nesta perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas, dada a oportunidade na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento.

Nossa capacidade de mudar o ambiente do mundo aumenta à medida que aumentamos em número, com a nossa busca por riqueza e sua realização e com nossos recursos tecnológicos e institucionais, mas que também podem proporcionar um meio de aliviar o dano ambiental.

O efeito da atividade humana é tão profundo que em apenas poucos séculos a superfície sofreu tantas transformações que em alguns lugares é difícil imaginar o estado original, quanto mais restaurá-lo. Esta transformação, resulta da imensa quantidade de seres humanos em busca da satisfação individual calcado na falsa idéia de consumo desenfreado em busca de melhores condições de vida.

É preciso que se mude este conceito de qualidade de vida, quando a própria sobrevivência está no limite, para os ambientalistas há uma necessidade da criação de tecnologias que evite problemas ambientais, inclusive a produção de uma tecnologia que limpe o meio ambiente.

Apesar de estar sendo despertada uma maior preocupação com o meio ambiente devido ao crescimento econômico dos países, muitos ainda acham que esta não deve ser uma preocupação relevante.

É esse o entendimento, do ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, quando trata de desenvolvimento tecnológico, declarando sua posição por ocasião de um seminário de ciência, tecnologia e estratégia para a independência, relata ser um erro imaginar que um país pode dar as costas, pura e simplesmente, ao desenvolvimento tecnológico mundial, e escolher uma alternativa própria baseada em recursos naturais.

A sustentabilidade tornou-se um tema presente globalmente, tema em pauta em todas as conferências, sobre desenvolvimento e meio ambiente, em busca de uma política ambiental que envolva a capacidade para produzir os meios suficientes e adequados para satisfazer as necessidades de sobrevivência das gerações presentes e futuras.

A vingança da natureza se segue de alguma forma, às vezes explícitas, outras vezes nem tanto, a cada conquista humana diante da ou sobre a natureza. Especialmente porque os bens naturais não se apresentam inesgotáveis como se poderia supor em outros tempos. Uma relação de saque do sistema ecológico não pode alargar-se sem conseqüências desastrosas tanto para a economia como para o meio ambiente.

A estrutura contemporânea de produção de mercadorias em abundância que depende de pesticidas e agrotóxicos, da energia fóssil e nuclear, da petroquímica e engenharia genética tende a maximizar a toxicidade total da produção e aniquilamento acelerado da biodiversidade e de habitats, Aloísio Ruscheinsk (2004, p. 25), sendo assim, só vem a reforçar problemas de sustentabilidade.

Conforme John Forster, existe uma lei geral absoluta da degradação ambiental sob a égide do capitalismo. A aceleração da degradação ambiental resulta do processo de resolução das sucessivas crises que o capitalismo enfrentou, implicando na reestruturação da oferta, a exploração mais intensiva do trabalho e do ambiente, na multiplicação dos supérfluos.

As sociedades mais desenvolvidas tendem a exaurir mais os bens naturais e a poluir mais o ambiente, a exemplo disto temos a Europa que destruiu, ao longo de séculos, quase toda sua cobertura vegetal, mas tende a conseguir se adaptar melhor ou construir mecanismos de adaptação através do avanço tecnológico e da regulação sobre o meio ambiente. Neste sentido, por uma série de mecanismos ligados a questões globais, os países em desenvolvimento sofrerão impactos e desastres ambientais nas próximas décadas. Por força das circunstâncias internacionais, da distribuição da produção a nível global, existem implicações ambientais perversas, e os efeitos das políticas e da degradação serão mais incisivos sobre o terceiro mundo. Por ironia da história, os pobres, que são a maioria no globo terrestre, podem poluir e degradar menos, no entanto, ao mesmo tempo, possuem as menores condições para reduzir os efeitos perversos de sua ação na sociedade.

A sociedade vem acordando para a problemática ambiental, através dos movimentos, conferências, organizações, governos, repensando o mero crescimento econômico, buscando fórmulas alternativas, como o desenvolvimento sustentável ou o ecodesenvolvimento, cuja característica principal consiste na possível e desejável

conciliação entre o desenvolvimento, a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida – três metas indispensáveis.

O grande desafio da área ambiental, seja no âmbito nacional, regional ou global, é fazer com que os demais setores incorporem a variável ambiental dentro de seus planejamentos e execução. Especificamente, o que se busca é um modelo de atividade econômica capaz de gerar riquezas e bem-estar enquanto promove a coesão social, impedindo a destruição da natureza. Esse modelo busca satisfazer as necessidades presentes, sem comprometimento das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Fundamentar a perspectiva de que a sustentabilidade ambiental deve estar vinculada à sustentabilidade social.

A respeito do ecodesenvolvimento, analisa Nelson Mello e Souza (2000, p. 89) “O que pretendeu Ignacy Sachs com este neologismo? Pretendeu, acima de tudo, introduzir uma perspectiva nova para o planejamento econômico. Torná-lo sensível para a adoção de técnicas adaptáveis ao nível cultural das pequenas comunidades rurais do terceiro mundo” e acrescenta: “Em outras palavras, pretendeu compatibilizar “desenvolvimento” e “ecologia” em nível primário de desenvolvimento. Sachs, contou com o apoio de Maurice Strong para a sua proposta, como um “estilo de desenvolvimento possível”. Para ele, cada região deve procurar soluções específicas para os seus problemas particulares, de forma que, além dos dados ecológicos, também os culturais possam ser levados em conta na satisfação das necessidades imediatas da população interessada.

É interessante que os todos tenham em mente que crescimento sem desenvolvimento não é positivo. Do que adianta um país que tenha uma grande economia, mas a maior parte da população está excluída desta fatia do crescimento. Com o objetivo de desenvolver uma cidade de maneira sustentável, não só todos os setores da economia serão privilegiados mas também a população num todo. É possível sim conciliar Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Econômico-Urbano, principalmente quando se fala numa rede de cidades disposta, em conjunta, a discutir solução aos diversos problemas por elas enfrentados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente mundial é marcado por importantes transformações, algumas tendências se tornam hegemônicas. Hoje em dia todo mundo, ou quase, se diz ecologista ou, ao menos, disposto a levar a sério a questão da proteção da natureza, tornada “patrimônio comum da humanidade”.

O fenômeno é mundial, mas particularmente nos países ocidentais, convencidos da ameaça das catástrofes ecológicas, persuadidos dos perigos que pesam sobre planeta e preocupados com o mundo que deixarão para as gerações futuras.

A ecologia global é tanto mais sedutora na medida em que parece levar vantagem sobre uma ciência que tinha até agora privilegiado a super exploração dos recursos naturais.

Sendo a ecologia a ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si e com o meio físico. Ecologia é assim, o “estudo da casa”, na linguagem corrente, além de equivalente de natureza, paisagismo, moda como temática de plantas e animais, a palavra passou a denotar o movimento ativista voltado à proteção ambiental. Surgindo assim, denominações como Ecologia Humana, Ecologia Social, Ecologia Urbana e outras.

A preocupação com o ambiente (ou com a ecologia), remete-nos a um estágio da consciência mundial da importância da Terra como um todo, o destino comum da natureza e do ser humano. O bem comum tanto como bem das pessoas, das sociedades, como do conjunto dos seres da natureza, lembra o risco apocalíptico que pesa sobre todo o criado – pois o homem pode tanto ser “o anjo da guarda, como o satã da Terra” – terra que é nossa responsabilidade comum e sofre e sangra, “especialmente em seus filhos mais singulares, os oprimidos, os marginalizados e os excluídos, que são as grandes majorias dos tempos atuais, a partir das quais impõe-se pensar o equilíbrio universal e a nova ordem ecológica mundial.

É pacífico o entendimento que preservar e restabelecer o equilíbrio ecológico é questão de vida ou de morte. É este entendimento atravessa fronteiras, posto que o que acontece aqui, pode ser sentido em outro lugar do planeta. As decisões acertadas ou erradas que tomarmos, suas conseqüências serão certamente

sentidas quer pelas gerações presentes ou pelas gerações futuras. É preciso o agir local, com o pensamento global.

Os danos ambientais progridem local, nacional, globalmente, degradando o meio ambiente, agredindo tudo aquilo que é dotado de vida, inclusive o ser humano, que é parte deste. O individualismo é chamado a caminhar junto à coletividade. O amor a natureza é o único capaz de limitar com o objetivo positivo a corrida desastrosa do desenvolvimento, calhado da falsa realidade de felicidade temporária.

O futuro incerto amedronta milhares de pessoas, o grande medo ecológico constitui a manifestação exacerbada de nossa incapacidade atual em pensar conjuntamente natureza-homem. O temor de uma revolta da natureza se instalou no pensamento a nível planetário, onde passou-se a buscar soluções para diminuir o impacto a exploração irresponsável do homem na sua casa, Terra, o homem passou a entender que a Terra não está para ele, mas sim ele em função dela, pois se ela ali não estiver, ele também não estará.

Esta nova sociedade que se instala, resultante da integração cada vez maior das Convenções, Tratados, Acordos, Palestras, Encontros, que tem como único objetivo a preservação da natureza para a presente e as futuras gerações, não perdendo de vista a grande parcela da sociedade desprovidas das garantias mínimas, de modo que, se mais uma vez virarem as costas, sofreram pagando com suas próprias vidas, uma vez que somos um todo, é esse todo que fará diferença na hora de optar pela vida.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR ISO 14001. **Associação Brasileira De Normas Técnicas**: sistemas de gestão ambiental: especificação e diretrizes para uso. Rio de Janeiro, 1996.

GIANSANTI, ROBERTO. O desenvolvimento Sustentável. São Paulo, Ed. Atual, 1998, 112 páginas.

GUSMÃO, ALEXANDRE. **Desenvolvimento sustentável no âmbito brasileiro**. São Paulo, Ed. Terra, 2001, 258 páginas.

PCN. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Meio ambiente e saúde**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

PONTES, Roberto A. **Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Ed. SCA, 2006, 199 páginas.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileiras**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.